

**“ESCREVE ISTO PARA A MEMÓRIA NUM LIVRO”: O PROJETO BRASIL:
NUNCA MAIS, CULTURA HISTÓRICA E TRANSMISSÃO DA EXPERIÊNCIA
(1978-1988)**

Caroline Silveira Bauer ¹

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma pesquisa que analisa o projeto Brasil: Nunca Mais (BNM) e sua difusão, circulação e recepção, problematizando o confronto entre memórias e narrativas sobre a ditadura civil-militar durante o processo de transição política brasileiro. Parte-se do pressuposto que esse conflito simbólico explicita divergências entre temporalidades e culturas históricas, e que determinadas representações sobre o passado recente brasileiro influenciaram diretamente na elaboração de políticas de memória e esquecimento. Entre os membros do projeto BNM e setores ligados ao regime ditatorial, existiam concepções diferentes de passado e expectativas distintas de futuro, explicações históricas distintas para as décadas de 1960 e 1970, bem como motivações diversas para a transmissão da experiência do terrorismo de Estado. Para explicitar o papel que o projeto BNM e seus responsáveis tiveram na construção, disseminação e recepção de uma representação do passado que confrontava a política de tempo e política de esquecimento imposta pela ditadura civil-militar, serão analisadas uma multiplicidade de fontes, dos serviços de informação do regime às memórias dos leitores do livro BNM.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar brasileira. Brasil: Nunca Mais. cultura histórica.

“Sou consciente dos defeitos estruturais do livro e peço desculpas por eles. Se não de fato, pelo menos como intenção e concepção o livro já nasceu nos dias do Campo. A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares.

O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto com a finalidade de liberação interior. [...] Acho desnecessário acrescentar que nenhum dos episódios foi fruto de imaginação.”

Primo Levi, *É isto um homem*, 1947

“Imediatamente depois da libertação, com as lembranças do Holocausto ainda ardentes, [Primo Levi] escreveu seu livro *Se questo è un uomo*, publicado por uma pequena editora italiana em 1947. O livro teve poucos leitores, a editora faliu. E as lembranças de Levi caíram no esquecimento. Só em 1958 o livro foi reeditado numa grande editora, e em breve era conhecido no mundo inteiro como testemunho da humanidade em tempos desumanos, e como clássico da literatura do Holocausto.”

Harald Weinrich, Harald. *Lete, arte e crítica do esquecimento*

¹ Doutora em História, professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: caroline.bauer@ufrgs



“Desde os primeiros passos, em agosto de 1979, até sua conclusão, em março de 1985, o projeto de pesquisa

‘Brasil: Nunca Mais’ não tem outro objetivo que não seja o de materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências [...] praticadas no Brasil de um passado recente. [...] O que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. [...] Que ninguém termine a leitura deste livro sem se comprometer, em juramento sagrado com a própria consciência, a engajar-se numa luta sem tréguas, num mutirão sem limites, para varrer da face da Terra a prática das torturas.”

Brasil: Nunca Mais, 1985

“Escreve isto para memória num livro.” (Êxodo, 17,14)
Epígrafe do livro *Brasil: Nunca Mais*, 1985

Esta pesquisa tem origem em uma inquietação a respeito da construção da memória sobre os campos de concentração e o extermínio de homens e mulheres pelo regime nazista. Da problematização desta cultura histórica e da memória, e dos usos políticos e públicos desse passado, decorrem outros questionamentos, relativos ao modo como se deu o conhecimento social sobre Auschwitz e quanto esse *lager* transformou-se na síntese do Holocausto; quem foram os atores e autores responsáveis pela construção dessa memória; e a quais foram os interesses políticos ou políticas de memória que conformaram esse paradigma. Para começar a responder essas questões, é preciso praticar da premissa de que, um dia, não se soube o que foi Auschwitz e, por consequência, Auschwitz não era o que se tornou. E que, retomando a citação de Primo Levi, por mais que os sobreviventes dos campos estivessem imbuídos de um “dever de memória”, as condições sociais para a escuta desses relatos tardaram quase duas décadas.

Se essas interrogações se originam a partir de uma leitura especializada para o caso do extermínio promovido pelo *III Reich*, a motivação subjacente para o contato com a bibliografia era outra: encontrar referenciais conceituais, metodológicos e teóricos para o estudo da ditadura civil-militar brasileira. Resguardando as especificidades de cada um dos episódios para evitar incorrer em apropriações irrefletidas, realizaram-se algumas analogias para o entendimento do conhecimento social e da construção da memória durante o processo de transição política brasileiro. Desta forma, formularam-se problematizações que vêm sendo desenvolvidas nesta pesquisa, que objetiva analisar o BNM e sua difusão, circulação e recepção, explicitando o confronto entre memórias e narrativas sobre a ditadura civil-militar durante os anos 1978 a 1988. Parte-se do pressuposto que essa disputa simbólica explicita não

somente memórias antagonicas e conflitantes, mas também divergências entre temporalidades e culturas históricas. Acredita-se, também que determinadas representações sobre o passado recente brasileiro influenciaram diretamente na elaboração de políticas de memória e esquecimento, da mesma forma que por elas foram conformadas. Ente os membros do projeto BNM e setores ligados ao regime ditatorial, existiam concepções diferentes de passado e expectativas distintas de futuro, explicações históricas distintas para as décadas de 1960 e 1970, bem como motivações diversas para a transmissão da experiência do terrorismo de Estado.

Antes de explicitar mais sistematicamente os objetivos da pesquisa e os referenciais teórico-metodológicos, são necessários alguns parágrafos para apresentar o objeto de pesquisa.

§

Na manhã de 15 de julho de 1985, uma segunda-feira, apareceu nas livrarias brasileiras um livro de capa vermelha com letras garrafais amarelas, que se anunciava como “um relato para a história”. Seu título: *Brasil: Nunca Mais*. Sem propaganda prévia ou lançamento oficial, parte da história dos 21 anos precedentes estavam condensadas naquelas 312 páginas. Custava 35 mil cruzeiros, e sua primeira edição de 5 mil exemplares se esgotou em 24 horas, tendo sido reimpresso mais de vinte vezes nos dois primeiros anos após o lançamento.

A repercussão foi imediata. Na semana subsequente, hebdomadários resenhavam a obra: a revista *Veja*, em artigo intitulado “O porão iluminado”, de Elio Gaspari; sua concorrente, a *IstoÉ*, noticiou-o como o “Inventário do horror”; e a revista *Senhor*, divulgou o livro através da matéria “O porão da guerra suja”. Outras tantas notícias foram veiculadas em jornais de grande circulação.

Duas semanas após o lançamento, era a obra de não-ficção mais vendida de acordo com o ranking do *Jornal do Brasil*, e assim permaneceu por aproximadamente 91 semanas. Até o final de 1985, havia vendido 100 mil exemplares em nove edições, e as vendas foram impulsionadas pela divulgação no dia 22 de novembro da lista de 444 torturadores arrolados pela pesquisa. De acordo com o *Jornal do Brasil*, a exclusão da listagem da publicação original se deveu ao fato de que haveria eleições municipais em 15 de novembro, e era um interesse coletivo “evitar perturbações no processo político do Brasil”.

Em 1986, uma versão em inglês, *Torture in Brazil*, foi lançada pela editora Random House, sob responsabilidade de Joan Passin, devido ao receio que a publicação brasileira sofresse algum tipo de censura. Em 1987, era lançado como livro o terceiro volume do “Projeto A”, intitulado “Perfil dos Atingidos”.

A reação dos órgãos de informação da extinta ditadura civil-militar, principalmente da comunidade de informações, que permaneceu praticamente inalterada até o início da década de 1990, foi veemente. O livro foi qualificado por agentes de informação como “propaganda adversa cinza” e os eventos de lançamento pelo país, assim como palestras realizadas pelos idealizadores do projeto foram vigiados, conforme se pode aferir pela documentação desses órgãos.

Da mesma forma, integrantes das Forças Armadas, da ativa e reservistas, não ficaram calados frente ao livro. Ainda em 1985, uma articulação de diversos militares, coordenados pelo então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, deu origem ao chamado *Projeto Orvil*, que demorou três anos para ficar pronto, e teve seu lançamento cancelado em 1988. Embora tenha circulado de maneira clandestina, a existência deste livro somente foi conhecida em 2007 (FIGUEIREDO, 2013). Em 1986, o então sargento do Exército e integrante da comunidade de informações, Marco Pollo Giordani, publicou o livro *Brasil: Sempre*, uma resposta do “outro lado” que teria sido ignorado pelo relatório BNM.

O que foi a pesquisa e qual o conteúdo do livro para gerar tamanha repercussão? Algumas publicações dedicaram-se à análise da constituição do grupo que trabalhou no projeto, da elaboração da pesquisa e da publicação do livro (WESCHLER, 1990 e LIMA, 2003). Resumidamente, tratou-se de uma força tarefa que, na clandestinidade, fotocopiou integralmente os 710 processos por “subversão” que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM).² Havia um receio entre o grupo de advogados que se reuniu em torno do projeto que os documentos oficiais da ditadura fossem destruídos (TESSITORE, 2014, p. 276), já que, nos autos, ficaram registrados os depoimentos prestados por presos políticos nas auditorias militares, momento utilizado por muitos para denunciar os sequestros, as torturas, as mortes e os desaparecimentos que foram submetidos ou que foram testemunhas.

² Desde a promulgação do Ato Institucional n. 2, a competência para julgamento de crimes contra a segurança nacional cometidos ou pretensamente cometidos por civis foi transferida para a Justiça Militar, motivo pelo qual o interesse do grupo recaiu sobre esses fundos documentais.

Aproveitando uma brecha na legislação processual penal, seus advogados podiam retirar do STM os processos e permanecer com eles durante 24 horas e, desta forma, conseguiu-se fotocopiá-los integralmente, totalizando aproximadamente um milhão de páginas, que hoje se encontram preservadas no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas e, desde 2013, digitalizadas e disponíveis online no sítio BNM Digit@1. Esse material foi sistematizado a partir de uma metodologia própria e submetido a procedimentos de análise que resultaram em um estudo de 12 tomos e mais de 7 mil páginas, que ficou conhecido como “Projeto A”. Vinte e duas cópias dessa primeira iniciativa foram remetidas às Assembleias Legislativas de cada uma das unidades da Federação. Pensando na divulgação dos resultados da análise para o grande público, os integrantes do projeto editaram com o apoio da Editora Vozes o livro, que primeiramente se chamaria *Testemunhos Pró-Paz*, mas, posteriormente, foi intitulado *Brasil: Nunca Mais*, e ficara conhecido como “Projeto B”.³

Diversos artigos, livros e pesquisas acadêmicas foram realizados sobre o BNM, e os documentos coletados e estatísticas elaboradas foram utilizadas como escopo documental para inúmeras investigações. Este projeto de pesquisa, embora reconheça a importância da reconstituição histórica da gênese do projeto e das ações que resultaram nos projetos A e B, possui outro enfoque: analisar o BNM a partir do confronto entre memórias e narrativas sobre a ditadura civil-militar durante o processo de transição política brasileiro, explicitando seu papel na construção da memória social sobre a ditadura civil-militar no Brasil e sua transmissão, evidenciando as distintas culturas históricas e temporalidades subjacentes, e sustentando que essas representações do passado forjaram políticas de memória e esquecimento, bem como foram por elas conformadas.

Após esta apresentação do objeto de pesquisa, é necessário situá-lo na conjuntura da transição política brasileira, para compreender o papel que a publicação, difusão, circulação e recepção do livro tiveram nos debates sobre o futuro da memória sobre a experiência da ditadura civil-militar brasileira, da aprovação da lei de anistia ao término dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, com a promulgação da Constituição de 1988.

§

³ Não se pode, até o momento, afirmar que a publicação do relatório da *Comisión Nacional por la Desaparición de Personas* (CONADEP), intitulado *Nunca Más*, tenha influenciado na mudança do nome do projeto e da publicação. No entanto, há outros pontos de contato entre os processos transicionais na Argentina e no Brasil.

As ditaduras civil-militares de segurança nacional e o terrorismo de Estado marcaram inexoravelmente os países do Cone Sul durante as décadas de 1960 a 1980, caracterizando o período como um passado traumático que, pela utilização do medo como forma de dominação política, levou ao desenvolvimento de mecanismos adaptativos de resposta, reconfigurando as relações sociais e as articulações temporais de setores da sociedade.

As estratégias de implantação do terror, compostas por práticas repressivas como o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento, por ações de segregação como o banimento, o exílio, o inxílio e o refúgio, pelo controle da informação através da censura, da desinformação e do silêncio, e por medidas de austeridade e exploração econômicas, basearam-se em sofisticados métodos de terror físico, ideológico e psicológico, desenvolvidos a partir de experiências históricas prévias e de formulações inéditas (BAUER, 2014). Como consequência dessas estratégias de implantação do terror, houve a conformação de uma “cultura do medo”, que, juntamente ao consenso, era condição necessária para a manutenção desses regimes.

O terrorismo de Estado e o fomento da “cultura do medo”, pelas dificuldades de elaboração, representação e simbolização, configuram, em muitos casos, “alguma coisa do passado que ficou em suspenso” (CARDOSO, 2001, p. 148-149), obrigando os pesquisadores dessas temáticas a refletirem sobre como essas experiências puderam alterar as articulações temporais dessas sociedades, tornando a fronteira entre o passado e presente uma linha muito tênue. Isto porque os efeitos dessa situação-limite (CATELA, 2001) não se extinguiram com a mudança dos regimes políticos, e, além disso, foram transmitidos às gerações subsequentes, configurando uma “memória traumática” (LACAPRA, 2006, p. 83-84) e demonstrando que as mudanças político-institucionais não possuem o mesmo ritmo que as transformações nas práticas e relações sociais, que correspondem a processos mais lentos decorrentes da necessidade de adaptação a novas realidades.

“Porque cuando el terror se vuelve política de Estado, como en la dictadura, las consecuencias de esa dominación no culminan al tiempo que ésta se retira del poder; se llevan en el cuerpo y se transmiten de generación en generación. Y fundamentalmente porque aquella política se perpetúa cada vez que los gobiernos democráticos invocan imágenes fatales y catastróficas para poder consumir sus proyectos” (CAVIGLIA, 2006, p. 25-26)

O término da ditadura não significava, desta forma, o fim do terror e a superação automática dos traumas, cessando-se os fatos, mas não suas consequências (BECKER, CALDERON, 1993, p. 71). Os diversos medos, relativos às vítimas das estratégias de implantação do terror, mas também dos integrantes da estrutura burocrática, política e repressiva da ditadura, vinculado à culpa e a uma possível responsabilização penal pelas ações cometidas naqueles anos, condicionaram em parte as ações políticas dos governos transicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura; o medo em relação aos contornos da futura democracia e um possível caos político, por exemplo, “era tão grande como o medo à ‘ordem ditatorial’” (Ibid., p. 75)

Nesse sentido, o processo de transição política brasileiro seria marcado por uma série de políticas de esquecimento, das quais a lei de anistia é seu corolário. Nas representações sobre o passado forjada nesses discursos, vigorava a chamada “ideologia da reconciliação”, termo cunhado por Ricard Vinyes para se referir à imposição de uma reconciliação baseada na premissa da equiparação da violência do Estado e das organizações de esquerda armada – o que permitia responsabilizar a todos pela violência do período e, assim, incentivar o esquecimento recíproco, através da desmemória e do silêncio, mas também da decretação da superação dos conflitos reais e simbólicos (VINYES, 2009b). De acordo com essa interpretação, a lei de anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979, é compreendida não somente como uma medida jurídica que impede o processamento penal a partir da instituição do perdão punitivo, mas, ao conceder anistia recíproca, a ditadura passou a controlar as representações legítimas sobre o passado a partir da sua interdição, ou “neutralização moral”, de acordo com Habermas (1987), devido à equiparação das responsabilidades. A lei de anistia pressuporia silêncio e esquecimento, não pressupondo uma elaboração do passado, nos termos sugeridos por Theodor Adorno (2008), mas sim seu encerramento.

A anistia recíproca, convalidando a lógica da “ideologia da reconciliação”, recupera outra característica da cultura histórica dessas representações do passado, o “estigma da cordialidade”, expressão forjada por Zilda Iokoi (2009). Baseada nas análises de Sergio Buarque de Hollanda em “Raízes do Brasil”, a autora afirma que a cordialidade se tornou um impeditivo das disputas por direitos e uma ameaça à consolidação da democracia, na medida em que conflitos e disputas tendem a ser neutralizadas através de representações do povo brasileiro vinculados à conciliação e à passividade. Aqueles que se opuseram aos rumos da

transição política brasileira foram chamados de revanchistas, acusados de “desconhecer as virtudes conciliatórias dos brasileiros.”

O projeto BNM foi criado em 1978 como uma contraposição aos contornos que a ditadura desenhava para a transição política: ao invés da promoção do esquecimento e do silêncio e uma reconciliação extorquida, buscava-se publicitar uma experiência distinta sobre o terrorismo de Estado, fazendo emergir uma multiplicidade de temporalidades e sentidos promovidos por diferentes atores sociais. Até a promulgação da lei de anistia, ex-presos e perseguidos políticos e os familiares de mortos e desaparecidos políticos foram obrigados a conviverem com esse passado traumático como se fosse algo unicamente privado, e não um fenômeno coletivo, configurando um processo de “privatização da memória” (LIRA K., 2009, p. 72).

A partir daquele momento, “pasados que parecían olvidados ‘definitivamente’ reaparecen y cobran nueva vigencia a partir de cambios en los marcos culturales y sociales que impulsan a revisar y dar nuevo sentido a huellas y restos a los que no se les había dado un significado durante décadas o siglos [...]” (JELIN, 2009, p. 121).

A revogação do Ato Institucional n. 5, da censura prévia e da lei de imprensa, embora permanecesse vigendo a lei de segurança nacional, somado a um significativo incremento da indústria editorial brasileira, possibilitaram que depoimentos, livros-reportagem, memórias, romances políticos e livros de denúncia fossem publicados (MAUÉS, 2005).

Desta forma, pode-se entender o projeto como uma forma de resistência à política de esquecimento promovida pela ditadura civil-militar. Tratava-se de construir uma memória antagônica, um sentido do passado diverso daquele que era construído e promovido por parte do regime ditatorial, que trazia consigo diferentes culturas históricas e temporalidades.

A preservação dos processos, a sistematização dos dados coletados e o lançamento do livro com um resumo da pesquisa foram os resultados concretos desses “empreendedores de memória” (JELIN, 2009, p. 123-124), e a difusão e a circulação da obra podem ser pensadas como formas de transmissão da memória e da experiência, partindo-se de uma noção de pós-memória. Esse conceito, desenvolvido por Marianne Hirsch (2012), para fazer referência ao processo de transmissão da memória e a formação de representações do passado por gerações que se distanciam em dois ou três graus daqueles que experimentaram os acontecimentos traumáticos. Contudo, não somente o distanciamento geracional separa a experiência da

memória – pois é conhecida a possibilidade da transmissão de experiências como memória do que não se viveu; há, também, toda uma mediação de emoções e memórias presentes no contexto familiar ou entorno social das vítimas, a partir da mídia, da literatura, de produções fílmicas e televisivas, pela historiografia, etc. Marek Tamm (2015), a partir dos estudos de “mnemohistória”, complementa essa possibilidade de análise, ao inquirir sobre o que se lembra sobre determinado passado, quais as seleções realizadas e quem as opera. Esse é um interrogante que se relaciona diretamente com a transmissão da experiência e o legado que o BNM pretendia deixar para a sociedade.

§

Esta pesquisa propõe um estudo das relações entre história, memória e esquecimento na conjuntura da transição política brasileira, ao analisar os distintos sentidos e as diferentes cronofias e representações do passado existentes nessa conjuntura, a partir da investigação sobre o projeto BNM. Paralelamente ao debate teórico, a investigação reconhece que as estratégias de implantação do terror e as especificidades do processo de transição política brasileiro são fundamentais para entender a configuração de uma batalha de memórias que evidencia a existência de uma determinada cultura histórica.

A história da ditadura civil-militar brasileira é frequentemente lembrada pelo senso comum como uma “história mal contada”. A partir da abordagem proposta por esta pesquisa, é possível extrapolar um moralismo que implicaria a existência de uma “história bem contada”, uma “memória apaziguada” ou, ainda, uma história oficial, e entender as culturas históricas e as temporalidades forjadas sobre a ditadura civil-militar durante os processos de transição política. Entretanto, é necessário problematizar porque expressões como essa são utilizadas para se referir à história recente brasileira.

A análise dos usos públicos e políticos do passado foi uma escolha que permite a problematização da ideia de “um passado que não passa”. Além disso, partindo-se do pressuposto que as fronteiras que delimitam as dimensões temporais são construídas socialmente, ou seja, possuem uma dimensão política, e que presente, passado e futuro possuem diferentes valores em distintos regimes de historicidade, pode-se inquirir sobre as diferentes temporalidades presentes naquela conjuntura. O passado, desta forma, é pensado

“não como um estado que já se deu, mas como algo que faz sentido num dar-se agora, num movimento de atualização, constituindo-se num campo de experiências possíveis para o pensamento e a interpretação” (CARDOSO, 2001, p. 20).

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2 ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Recod, 2013.

HIRSCH, Marianne. **The generation of postmemory: writing and visual culture after the Holocaust**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

LACAPRA, Dominick. **Historia en tránsito: experiencia, identidad, teoría crítica**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LIMA, Samarone. **Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TAMM, Mark (ed.). **Afterlife of events: perspectives on mnemohistory**. Londres: Palgrave, 2015

WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

BECKER, David, CALDERÓN, Hugo. Traumatizações extremas, processos de reparação social, crise política. In: RIQUELME U., Horacio (ed.). **Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina**. São Paulo: EDUSC, 1993.

CAVIGLIA, Mariana. Nota necesaria. In: **Dictadura, vida cotidiana y clases medias: una sociedad fracturada**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

IOKOI, Zilda. A longa tradição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecilia, TELES, Edson, TELES, Janaína (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. v. 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

JELIN, Elizabeth. “¿Quiénes? ¿Cuándo? ¿Para qué? Actores y escenarios de las memorias”. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

LIRA K., Elizabeth. Las resistencias de la memoria. Olvidos jurídicos y memorias sociales. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

ADORNO, Theodor. O que significa elaborar o passado. **Primeira versão**, ano VI, vol. XXI, n. 225, Porto Velho, jan.-abr. 2008. p. 2-13.

HABERMAS, Jurgen. Nenhuma normalização. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 1987.

MAUÉS, Flamarion. “Ter simplesmente este livro nas mãos é já um desafio”: livros de oposição no regime militar, um estudo de caso. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 259-279, jul.-dez. 2005.

TESSITORE, Viviane. Projeto “Brasil: Nunca Mais”: reconstrução histórica, recuperação e aplicação da metodologia. **Projeto História**, São Paulo, v. 50, p. 275-288, ago. 2014.

VINYES, Ricard. **Sobre víctimas y vacíos; ideologías y reconciliaciones; privatizaciones e impunidades**. 2009b. Mimeo.